

O PAÍS VOLTA AO FMI. E O ACORDO SAI LOGO.



O ministro Maílson da Nóbrega (foto) preparou o terreno e, ontem, as conversas foram oficialmente retomadas. Com os credores, está quase tudo certo.

As negociações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram retomadas ontem, após três anos de afastamento voluntário do País. A confirmação foi feita por fontes financeiras de Washington à agência de notícias EFE, que disseram ter havido uma primeira reunião entre técnicos do Fundo e a missão brasileira, coordenada pelo representante permanente do Brasil no FMI, Alexandre Kafka. Segundo essas mesmas fontes, as negociações de um acordo *stand by*, iniciadas ontem, deverão ter sua fase inicial concluída na próxima sexta-feira. As conversas continuam em Brasília, nos primeiros dias de maio, com a vinda de uma missão do FMI.

A ida da missão brasileira foi concretizada durante a viagem do ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, aos Estados Unidos, na semana passada, quando ele se reuniu com o diretor-gerente do Fundo, Michel Camdessus. A missão que iniciou os contatos com o FMI é encabeçada por Michael Gartenkraut, assessor especial de Maílson, e integrada por Sílvia Rodrigues, Raimundo Moreira, Raul Veloso e João de Camargo.

Exigência dos credores

Ao tempo em que essas negociações eram abertas, um técnico que tomou parte, até domingo passado, das conversações com o comitê de bancos credores, com vistas a uma acordo de médio e longo prazos para a dívida, informava ontem em Brasília que o comitê está exigindo algum tipo de vinculação entre a liberação de novos re-

ursos e o cumprimento, pelo Brasil, das metas econômicas que constarão do acordo a ser fechado com o FMI. Ele disse que esta condição será apresentada pelos bancos credores à missão técnica brasileira na próxima semana, em Nova York, quando da retomada das discussões. Mas ele disse também que a vinculação não deverá ser exigida nos moldes tradicionais, pelas informações que a missão técnica pôde recolher nas últimas três semanas de negociações nos EUA.

Em acordos anteriores, os bancos só liberavam novos recursos depois de o governo brasileiro ter se comprometido em cumprir metas pré-estabelecidas num acordo formal com o FMI, expressas em Cartas de Intenções. O técnico disse não possuir detalhes de como poderia ser uma vinculação não tradicional. Apesar disso, afirmou, o governo brasileiro instruiu os membros da missão sobre como se comportar frente a tal proposta, admitindo que o País poderá aceitar a condicionalidade.

Com exceção desta questão, informou o negociador, o acordo com os bancos está praticamente fechado. Reafirmou informações prestadas pelo ministro da Fazenda de que resta agora a definição de detalhes jurídicos e técnicos. Esses detalhes e a modalidade da vinculação dos desembolsos devem estar definidos até o início de maio, ele previu. Depois disso, o acordo deverá ser divulgado, iniciando-se um prazo de dois meses em que os mais de 700 bancos credores deverão aderir, ou não, ao pacote do comitê assessor de bancos credores. Quanto a um acordo com o Clube de Paris,

informou o técnico, ele só deverá ser fechado no segundo semestre deste ano, após o Brasil ter acertado com os bancos privados e o FMI.

Grande interesse

O País poderá reverter totalmente, em curtíssimo prazo, a situação dos fluxos financeiros e de investimentos, segundo disse ontem ao presidente Sarney o ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, ao fazer um relato dos contatos que manteve nos Estados Unidos.

Maílson disse ao presidente Sarney, de acordo com informações apuradas no Palácio do Planalto, que ficou surpreso com o grau de interesse demonstrado pelos empresários estrangeiros em relação ao Brasil, que não poupam esforços para disputar conferências das autoridades brasileiras e contatos individuais.

Segundo o relato do ministro, há uma enorme quantidade de empresários norte-americanos e europeus querendo ampliar seus negócios no Brasil, ou realizar aqui novos empreendimentos. E somente estão esperando, para isto, que o País regularize o seu relacionamento com o mercado financeiro internacional e que seja promulgada a nova Constituição.

Um ponto considerado de grande importância para a normalização do relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional, segundo disse o ministro ao presidente, será a formalização de um acordo com o FMI, que ajudará o País a superar a crise econômica com menos sacrifício.